



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000368-50.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Anderson Augusto Rodrigues**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

ANDERSON AUGUSTO RODRIGUES, já qualificado, ajuizou a presente ação de cobrança de seguro DPVAT contra PORTO SEGUROS CIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando tenha sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 07/07/2016 e do qual restaram-lhe lesões permanentes, com invalidez para o trabalho, de modo que pretende a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor de R\$ 8.437,50, já que recebera administrativamente a quantia de R\$ 5.062,50.

A ré contestou o pedido sustentando ilegitimidade passiva, pois que o polo passivo deveria ser ocupado pela *Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A*, apontando ainda carência de interesse processual do autor, alegando falta de laudo do IML; no mérito quitação da obrigação pelo pagamento administrativo, contestando ainda que a invalidez do autor seja superior à apontada em processo administrativo, de modo a concluir pela improcedência da ação e, alternativamente, pela aplicação da tabela SUSEP para fixação do valor da indenização, dada a impossibilidade de vinculação ao salário mínimo, com juros de mora contados da citação e correção monetária do ajuizamento da ação.

O feito foi instruído com prova pericial médica, sobre a qual as partes se manifestaram, reiterando suas postulações.

É o relatório.

DECIDO.

As preliminares foram afastadas pela decisão de fls. 82/83.

Quanto ao mérito, o laudo pericial médico apurou, ao exame físico, que o autor possui "*leve edema em tornozelo*" (fls.104) com redução da capacidade de trabalho, permanente, da ordem de 12,5%.

O autor impugnou o laudo sob o argumento de que, para apurar o percentual de indenização devido, o perito utilizou-se de enquadramento equivocado porquanto considerou que a lesão gerou incapacidade em tornozelo, ao invés de ser considerado que a lesão comprometeu integralmente a referida articulação sendo, portanto, indenizável em 25% sobre o teto remuneratório e não 50% de 25% como concluiu o laudo.

Ora, o médico perito foi claro em seu laudo de fls. 102/108, dizendo que "*No caso do periciando, apresentou comprometimento moderado da funcionalidade do tornozelo esquerdo com percentual de invalidez parcial incompleta e permanente de 12,5% (50% - sequelas de média repercussão de 25% - Perda completa da mobilidade de um dos tornozelos)*" (vide fls. 105).

Portanto, não houve equívoco do perito ao enquadrar a indenização, sendo certo que o uso da Tabela SUSEP para o cálculo do valor da indenização devida em decorrência de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

seguro DPVAT é perfeitamente cabível. Nesse sentido:

"SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – Cobrança - Indenização indevida – Fixação em salários mínimos – Legalidade – Invalidez Parcial – Indenização fixada em até 40 salários mínimos – Previsão legal – Percentual – Fixação – Necessidade – Utilização subsidiária da tabela SUSEP – Legitimidade – Honorários periciais a cargo do autor – Parte Beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita – Pagamento – Ônus do Estado - Recurso parcialmente provido". (Ap. nº 0002139-36.2006.8.26.0576. Rel.: MELO BUENO - 35ª Câmara de Direito Privado – j.07/11/2011).

O limite máximo legal estabelecido para o pagamento é de R\$ 13.500,00, e deve ser observado, inclusive como norte em relação ao grau de incapacidade auferido, nos termos da Súmula nº 474, do STJ, que aduz: *"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez"*.

No presente caso, portanto, a indenização que seria devida em favor do autor era de R\$ 1.687,50 (*um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos*), correspondente ao percentual de 12,5% do valor total da indenização máxima de R\$ 13.500,00. Ocorre que o autor já recebeu administrativamente o valor de R\$ 5.062,50, ou seja, valor superior ao constatado no laudo pericial realizado havendo, deste modo, quitação das verbas devidas em favor do autor.

O autor sucumbe e deve arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, e CONDENO o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Transitada em julgado a presente, arquivem-se.

Publique-se. Intime-se.

São Carlos, 11 de abril de 2018.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**